



ATA 002/2026

Reunião extraordinária no dia 10/02/2026

Conselheiros Presentes: Rafael Getelina – HandLages, Rodrigo R. de Jesus – FME, Lucas Valiatti da Silva – Secretaria Municipal de Saúde, Eder Magno dos Santos – Secretaria Municipal de Educação, Roseneli P. dos Santos (Rosinha) – APAFUTER, **Luis Augusto dos Anjos – ASESPP**, Lessandro Machry – Lages Futsal, Tyrone Machado – FME.

Ouvintes: **Felipe Diego Freitas – FME e Kelvin Moraes Borges - FME.**

Justificativas: Sem justificativa.

Pauta: Aprovação da Ata 01. Análise e aprovação do Regulamento Geral do JOCOL, do regulamento específico do futebol suíço e do regulamento específico do futebol de campo. Revisão e aprovação do Regimento Interno do CMD. Movimentação para indicação de novos representantes do Conselho e Eleição da Mesa Diretora para a reunião de março, conforme última reunião de 2025.

Desenvolvimento dos Trabalhos: Aos dez dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e seis, com início às oito horas, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal do Desporto de Lages. Após cumprimentos do Presidente Rafael, deu-se seguimento à pauta do dia, iniciando com a aprovação da ata da plenária anterior, realizada no dia vinte e nove de janeiro de dois mil e vinte e seis. Na sequência, o Presidente sugere que, conforme conversa com a Secretária Executiva, Katia, seria necessária a formação de uma comissão para melhor análise e reformulação do Regimento Interno, composta por no mínimo três e no máximo cinco membros, podendo contar com convidado técnico de reconhecida competência sobre o tema. Ficaram designados os conselheiros Tyrone, Rodrigo e Luis Augusto, tendo como convidado o senhor Kelvin. Sobre os regulamentos, Felipe acrescenta que anteriormente o Regulamento Geral do JOCOL era amplo, contemplava vôlei, basquete entre outros, agora o regulamento geral do JOCOL refere-se apenas ao futebol (salão, suíço, society feminino e campo). Tyrone complementou que as demais modalidades serão contempladas JEL (Jogos Esportivos de Lages), incluindo também os esportes escolares. A previsão é que o JEL contemple diversos projetos, como edição de inverno e verão, sendo o verão mais ao final do ano, com os jogos de vôlei de praia por



CONSELHO MUNICIPAL DE DESPORTO - LAGES



exemplo e a edição de inverno contemplado jogos de mesa. A proposta é fortalecer os jogos escolares, que também servirão como seletiva para o JESC. O conselheiro Lessandro destacou a necessidade de mudança da imagem do JOCOL. Tyrone reafirmou que, em razão disso, foram realizadas atualizações no Código de Justiça Desportiva, bem como os regulamentos. Antes havia um regulamento único que conectava todas as modalidades, o que não estava funcionando adequadamente. A proposta atual é realizar eventos dentro do JOCOL de forma desconectada entre si. Como exemplo, citou que o futsal cinquenta mais é um evento, o futebol é outro, e, embora estejam dentro do JOCOL, não estão mais vinculados entre si. A readequação engloba também a desvinculação do Tribunal de Justiça Desportiva da FME, buscando maior a autonomia. Comissão Disciplinar contará com membros externos à Fundação, visando futuramente à implementação do “Jari”, espécie de indenização para participantes das comissões do Tribunal de Justiça Desportiva, como forma de organizar os procedimentos. Lessandro questionou se os eventos das Séries “A” e série “B” também seriam distintos. Tyrone esclareceu que o futebol, que possui as três séries, permanece em um único evento, mantendo-se conectado. Já o futsal está desvinculado, permitindo, por exemplo, que um atleta que jogue futebol no “Tio Lê” possa também jogar futsal no “Éder”. Esclarecidas as dúvidas e não havendo outras manifestações, foram aprovados os três regulamentos: o Regulamento Geral, o Regulamento Específico do Suíço e o Regulamento Específico de Campo. Katia reforçou que a indicação de novos membros não poderá ocorrer antes da conclusão da reformulação do Regimento Interno do CMD. Tyrone frisou a importância dessa comissão em discutir e prever situações ainda não contempladas, justificando a necessidade de ajustes no que já foi constituído. O conselheiro Lessandro questionou sobre o prazo para regularizar e se o conselho pode estipular um período. O superintendente respondeu que, quanto antes, melhor, para legalizar as ações do CMD, considerando que o planejamento da Fundação é instituir a política pública. Sugeriu-se que o prazo fosse até a próxima plenária do Conselho, incluindo também a elaboração do regulamento do Certificado de Registro de Entidade Desportiva - CRED Municipal, previsto em lei desde 2005. Felipe argumentou que o CRED é importante não apenas para os convênios, mas também como requisito para solicitação de transporte e utilização de locais de treinamento. Rafael expôs que perdeu oportunidades de captação de recurso por falta do CRED. Tyrone sugere que o CRED seja incluído nos trabalhos da comissão para aprovação na próxima assembleia. Katia questionou se seria necessário elaborar regulamento específico para indicação de representantes do Fórum das Entidades. O superintendente esclareceu que o Fórum possui iniciativa própria, mas que será necessário apoio da FME e do Conselho no chamamento das entidades. Destacou que os editais estão vinculados a uma política integrada, incluindo os programas “Time Lages” e “Lages em Movimento”, conforme previsto na Lei Geral do Esporte. Informou ainda que a meta para o ano é aprovar o Fundo Municipal do Esporte e as legislações que definirão as prioridades do esporte, por meio de articulação entre Prefeitura e Conselho. Por isso, o Conselho deve priorizar sua organização e ter como meta instituir a regulamentação e a Política Pública Municipal. Quanto ao fórum, Katia explana dúvidas sobre quantas entidades estão cadastradas. Os conselheiros contribuem que o convite para participação no fórum é amplo e aberto. Para representação das OSCs no Conselho existe um decreto municipal. Tyrone lembra que o papel principal do fórum das entidades é levantar as



CONSELHO MUNICIPAL DE DESPORTO - LAGES



demandas para pautar nas plenárias do Conselho e que, por isso, as reuniões do fórum são abertas. Lessandro, enquanto presidente do fórum, coloca que no ano passado foram realizadas quatro reuniões e, com o passar do tempo, houve diminuição da participação das organizações. Rosinha sugere que as organizações que recebem contrapartida da Prefeitura deveriam ser mais presentes nas reuniões do fórum. Tyrone exemplifica que o município não tem como exigir essa participação, diferente das ações da Fundação, pois o fórum não é da Fundação. Ele complementa que nem todas as pautas precisam estar ligadas às demandas do Conselho, mas também podem e devem fomentar ações de esporte. Sendo assim, é necessário articular as convocações. Em caso de não haver quórum e se estiver previsto no Regimento Interno, pode-se sugerir uma reunião a cada dois anos para eleger seus representantes, delegados responsáveis por trazer as pautas ao Conselho, por exemplo. Lessandro compromete-se, junto com Cláudio (Clube Caça e Tiro), a resgatar o pessoal que se afastou do fórum, para tentar reunir o maior número possível de entidades e marcar uma reunião com a superintendência, a fim de alinhar esse chamamento para o Conselho. Também foi sugerido trazer alguém que participe e tenha experiência com fóruns de entidades de outras políticas públicas, com o objetivo de demonstrar a importância e o papel do fórum em plenária do Conselho ou em reunião do próprio fórum. Aproveitando o momento, o superintendente divulga uma ação do “**Conecta**”, que contará com a participação do promotor de Justiça do Ministério Público, PROGEM, Controladoria e Fundação. A ideia é convocar as organizações da sociedade civil para uma capacitação, não somente aquelas que participam do Conselho ou que possuem convênios com o município, mas todas que desejam criar, estruturar e elaborar uma OSC. Essa demanda surgiu em função da necessidade de ajustes nas pactuações entre entidades e município. De encontro a isso, os editais deste ano já trazem mudanças que fazem parte dessa reestruturação exigida pelos órgãos fiscalizadores. Ele enfatiza que a meta do poder público é fomentar o esporte e, com base na legislação nacional, não deixar as organizações dependentes única e exclusivamente de uma fonte de recursos. As OSCs precisam ter “vida própria”, sendo o recurso público uma complementação. Dentro do atual edital, as metas estão mais brandas, prevendo que, juntamente com o plano de ação, estejam indicadas formas de captação de recursos. Logicamente isso não impedirá a participação caso a organização não consiga captar recursos do PIE, por exemplo, mas poderá buscar iniciativas privadas ou outras formas de captação. Reforça ainda que a legislação e o Marco Regulatório determinam que a função do fomento ao esporte é muito mais ampla do que apenas aportar recursos, incluindo também capacitar as organizações, entre outras ações. Assim, se a organização possui saúde financeira ou possibilidade de atuação, automaticamente está fomentando o esporte. Ainda há a intenção de chamar todas as organizações para explicar o novo edital, bem como o plano de trabalho, que está bem detalhado, com explicações claras de cada item. Nesse sentido, faz-se necessário que o Conselho tenha voz ativa no esporte, fiscalizando inclusive as ações da própria Fundação. Portanto, é um ano que precisa ser dedicado à organização do Conselho. Dando início à agenda livre, Tyrone acrescenta informações sobre o lançamento do Bolsa Atleta. Uma das novidades deste ano é que o edital está baseado no número de vagas, calculado de forma a chegar ao montante total. Ele traz ao Conselho a possibilidade de, futuramente, auxiliar a FME a pensar uma melhor estratégia para distribuição das vagas do Bolsa Atleta. Felipe traz o exemplo do edital do Município de Tubarão, onde os valores são



CONSELHO MUNICIPAL DE DESPORTO - LAGES



tabelados: coletivas R\$ 20.000,00, futebol R\$ 20.000,00, lutas com outro valor, e assim por diante. Rafael sugere que uma possibilidade para divisão dos valores seria por categoria. Como exemplo, cita que o Time Lages hoje possui mais categorias que as Leoas. Rodrigo complementa que a divisão poderia ser vinculada às categorias e competições da FESPORTE. Rafael acrescenta como exemplo as categorias da OLESC, Joguinhos, entre outras, com valores proporcionais às competições em que irão participar. Segundo Tyrone, é necessário debater o tema. Historicamente o cálculo sempre foi feito per capita, e a mudança deste ano terá um impacto positivo, pois o valor foi estabelecido em UFML (Unidade Fiscal do Município de Lages), que é corrigida anualmente. Assim, mesmo que não haja novo aporte, o município deverá atualizar o valor conforme o reajuste anual. Lessandro exemplifica uma ideia: um time de basquete para disputar a **OLESC** teria um custo anual de cinquenta mil reais. A contrapartida da Fundação seria de metade, enquanto a entidade deveria se organizar para custear a outra metade. Nesse custo poderiam estar incluídos pagamento do técnico, uniformes, preparador físico, entre outros itens, principalmente no esporte de base. No esporte de rendimento a realidade seria diferente. O custo de trazer uma atleta feminina de vôlei, por exemplo, é muito alto; já no futsal pode ser um pouco mais baixo, dependendo do nível. Uma liga nacional de qualquer esporte coletivo possui valores elevados. O Lages disputar a segunda divisão do catarinense, por exemplo, é bem mais barato do que participar de uma Liga Nacional de Futsal. Nesse sentido, seria possível trabalhar em equidade, pois os recursos destinados para OLESC e Joguinhos para Lages, handebol e vôlei ficariam equiparados. O técnico que ganha “X” reais para treinar o futebol ganharia o mesmo “X” reais para treinar o handebol, mantendo equilíbrio e justiça. Rafael observa que seria difícil mensurar e que poderia ser facilmente manipulado. Rodrigo retoma que é imprescindível auxiliar as OSCs, passo a passo, a se tornarem independentes do poder público, tendo a FME como parceira. Para finalizar, Lessandro sugere que seja tabelado pela FME um piso para pagamento dos técnicos, sendo parte como contrapartida pública e parte complementar por parte da organização, permitindo que algumas entidades possam pagar valores maiores, conforme sua realidade. Rosinha questiona se todas as organizações possuem técnico habilitado, com formação em Educação Física e registro no CREF. Por atuar na arbitragem, relata situações em que pessoas representam Lages sem possuir registro no CREF e ainda apresentam comportamento inadequado dentro de quadra. Sobre isso, Tyrone complementa que uma das ações que a FME será obrigada a implantar é um sistema de monitoramento, exigência decorrente das adequações apontadas pela Auditoria, justamente para fiscalizar essas questões. Sobre a representação de Lages, questiona-se quem de fato representa o município. Ele relata que muitas vezes recebe mensagens informando que alguém está representando Lages, sem que a FME sequer tenha conhecimento da existência daquela equipe ou participação, utilizando o nome da Fundação sem autorização. Concorda com a colocação de Rosinha e reconhece que a FME precisa regulamentar essa situação. Luiz Augusto cita que o CRED já auxiliará nesse processo. Rodrigo compartilha que, a partir das capacitações com as OSCs, ficará claro que Lages somente é representada oficialmente nas competições da FESPORTE. Atualmente, para homologar uma competição, é necessária a anuência da FME. Luiz Augusto também contribui no sentido de que a FME pode ajudar, por exemplo, a HandLages, a ASESPP e o futsal com trinta mil reais, sendo que essas entidades possuem



CONSELHO MUNICIPAL DE DESPORTO - LAGES



a responsabilidade de participar da OLESC, Joguinhos, JASC e PARAJASC. Já os campeonatos brasileiros contam com contrapartida da FESPORTE, vinculando a instituição à FME. Assim, torna-se plausível que a Fundação seja representada pela ASESPP em um campeonato brasileiro. Com a implementação do CRED, será possível regulamentar as instituições que estão dentro dos padrões exigidos, evitando interpretações ou julgamentos de privilégio. Nada mais havendo a tratar, o presidente Rafael encerra a reunião, e eu, Katia Scós Ferreira, lavrei a presente ata.

Katia Scós Ferreira

Lucas Valeretti

Eden Augusto dos Santos

Lessandro Machay

Romão Romariz

Rafael Geller

Throne Machado

Diego A. Luján

[Signature]

[Signature]